Acção	Local	Datas
Realização das provas de conhecimentos	Na escola do IPS em que o candidato pretende ingressar, de acordo com o calendário fixado pelo respectivo júri.	De 19 a 27 de Junho de 2006.
Convocatórias para as entrevistas	Serviços académicos das escolas do IPS e nas respectivas páginas na <i>web</i>	5 de Julho de 2006.
Realização das entrevistas	Na escola do IPS em que o candidato pretende ingressar, de acordo com o calendário fixado pelo respectivo júri.	De 11 a 14 de Julho de 2006.
Afixação das pautas de classificação	Serviços académicos das escolas do IPS e nas respectivas páginas na <i>web</i>	18 de Julho de 2006.
Reclamações	Serviços académicos da escola do IPS em que o candidato prestou provas	De 19 a 21 de Julho de 2006.
Afixação das pautas de decisão final de classificação.	Serviços académicos das escolas do IPS e nas respectivas páginas na <i>web</i>	27 de Julho de 2006.

Despacho n.º 11 249/2006 (2.ª série). — Nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março, ouvidas as escolas do IPS, aprovo o regulamento das provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência dos cursos superiores do Instituto Politécnico de Setúbal dos maiores de 23 anos, previstas no n.º 5 do artigo 12.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), alterada pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto, anexo ao presente despacho.

10 de Abril de 2006. — O Presidente, *Armando Pires*.

ANEXO

Regulamento das provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência dos cursos superiores do Instituto Politécnico de Setúbal dos maiores de 23 anos.

Artigo 1.º

Condições para requerer a inscrição

Podem inscrever-se para a realização das provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência dos cursos superiores do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS) os candidatos que completem 23 anos de idade até ao dia 31 de Dezembro do ano que antecede a realização das provas.

Artigo 2.º

Inscrição

1 — A inscrição para a realização das provas é apresentada junto dos serviços académicos da escola do IPS onde funciona o curso em que o candidato se pretende matricular.

2 — A inscrição será efectuada mediante entrega de boletim de inscrição, a aprovar por despacho do presidente do IPS, e documentos anexos exigidos para cada par estabelecimento/curso, bem como pagamento dos emolumentos devidos.

3 — A inscrição poderá, ainda, ser efectuada via Internet através da página *web* de cada escola, caso em que apenas será considerada definitiva após a entrega dos documentos anexos referidos no n.º 2 do presente artigo e o pagamento dos emolumentos devidos, devendo o candidato fazer prova do respectivo pagamento nos cinco dias úteis subsequentes.

Artigo 3.º

Prazo de inscrição e calendário de realização das provas

1 — O prazo de inscrição e o calendário geral de realização das provas são fixados anualmente por despacho do presidente do IPS, publicados no *Diário da República* e divulgados através das páginas *web* do IPS e de cada uma das escolas.

2 — O calendário abrange todas as acções relacionadas com as provas, incluindo os intervalos dentro dos quais devem ser fixados os prazos cuja determinação seja da competência dos júris previstos neste regulamento.

Artigo 4.º

Avaliação

1 — A avaliação da capacidade para a frequência de um curso superior no IPS integra:

- A avaliação do currículo escolar e profissional do candidato, apresentado em documento próprio anexo ao boletim de inscrição;
- A avaliação das motivações do candidato para o ingresso no par estabelecimento/curso, expressas em documento próprio anexo ao boletim de inscrição;

c) A realização de uma prova de avaliação de conhecimentos e competências consideradas indispensáveis ao ingresso e progressão no ensino superior e no curso em que o candidato se pretende matricular.

2 — A avaliação prevista no n.º 1 pode incluir a realização de uma entrevista.

Artigo 5.º

Periodicidade

As provas serão realizadas anualmente.

Artigo 6.º

Júris das provas

1 — O conselho científico de cada escola nomeará um júri para as provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência de cada curso ministrado nessa escola.

2 — O júri será constituído por um presidente e dois vogais.

3 — Para presidente será designado um membro do conselho científico.

4 — O presidente do júri, em função do número e da diversidade de perfis dos candidatos, poderá propor ao conselho científico a cooperação dos vogais que entenda necessários.

5 — Ao júri designado compete elaborar, organizar e classificar as provas.

6 — Ao júri compete igualmente decidir sobre a realização de entrevistas aos candidatos.

7 — Ao júri compete ainda definir os critérios de avaliação das provas, que serão afixados em cada escola e na respectiva página *web* até cinco dias úteis antes de as mesmas se realizarem.

8 — O júri poderá propor ao conselho científico o reconhecimento das competências dos candidatos que forem admitidos ao curso através das provas pela atribuição de créditos no curso a que as mesmas se referem.

9 — O disposto no número anterior não prejudica a possibilidade de o próprio, uma vez matriculado, requerer ao conselho científico da respectiva escola a reapreciação dos créditos atribuídos.

10 — A organização interna e o funcionamento dos júris são da competência destes.

Artigo 7.º

Avaliação do currículo e das motivações

1 — O júri apreciará a relevância do currículo escolar e profissional do candidato para o curso a que este se candidata, classificando-o numa escala numérica de 0 a 20.

2 — O júri avaliará as motivações do candidato para a frequência do curso, classificando-as numa escala numérica de 0 a 20.

3 — As classificações a que se referem os números anteriores podem, caso o júri entenda necessário, ser baseadas também no resultado de uma entrevista com o candidato.

Artigo 8.º

Prova de avaliação de conhecimentos

1 — A forma e o conteúdo da prova a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º serão definidos para cada curso pelo conselho científico da escola em que este é ministrado.

2 — As regras a que se refere o número anterior serão afixadas na escola e divulgadas através da página *web* da escola.

3 — O local, data e hora de realização da prova de conhecimentos serão definidos pelo júri, afixados na escola e divulgados através da respectiva página *web* até três dias úteis antes da realização da mesma.

4 — A prova será classificada numa escala numérica de 0 a 20.

Artigo 9.º

Entrevista

1 — Ao abrigo do disposto do n.º 2 do artigo 4.º, o júri pode solicitar ao candidato a realização de uma entrevista, caso tal se justifique.

2 — Compete ao júri a marcação das datas, horas e locais de realização das entrevistas, de acordo com o calendário previsto no artigo 3.º deste regulamento, devendo a sua divulgação ser feita até três dias úteis antes da sua realização através de afixação na escola respectiva e da página *web* da mesma.

Artigo 10.º

Classificação

1 — A classificação final será obtida através da ponderação dos diferentes itens de avaliação:

- a) A avaliação do currículo escolar e profissional do candidato constituirá 50 % da nota final;
- b) A avaliação das motivações constituirá 20 % da nota final;
- c) O resultado da prova de conhecimentos constituirá 30 % da nota final.

2 — Aos candidatos aprovados o júri atribuirá uma classificação final, expressa no intervalo 10-20 da escala numérica inteira de 0-20.

3 — Caso a classificação final seja inferior a 10, o candidato será classificado como *Não aprovado*.

4 — A classificação final deve ser tornada pública através da afixação de uma pauta com os resultados em cada uma das escolas.

Artigo 11.º

Efeitos e validade

A aprovação nas provas é válida para a candidatura à matrícula e inscrição no IPS no ano da aprovação e nos dois anos lectivos subsequentes, a requerimento do candidato.

Artigo 12.º

Vagas

1 — O número total de vagas para os candidatos aprovados e a sua distribuição pelos cursos são fixados por despacho do presidente do IPS, ouvidas as escolas, dentro dos limites estabelecidos no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março.

2 — A verificar-se a previsão do n.º 5 do artigo 18.º do referido decreto-lei, o IPS, ouvidas as escolas, poderá solicitar o aumento do limite das respectivas vagas.

Artigo 13.º

Emolumentos

Os emolumentos são fixados por despacho do presidente do IPS, sendo publicados no *Diário da República*.

Artigo 14.º

Dúvidas de interpretação e casos omissos

As dúvidas de interpretação e os casos omissos serão resolvidos por despacho do presidente do IPS.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

Despacho (extracto) n.º 11 250/2006 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Março de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Tomar:

Mónica Filipa Ferreira de Sousa, encarregada de trabalhos na Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Tomar — rescindido o contrato administrativo de provimento, com efeitos a partir de 8 de Março de 2006, nos termos da alínea c) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

2 de Maio de 2006. — O Presidente, *António Pires da Silva*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

Aviso n.º 6084/2006 (2.ª série). — Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março, é aprovada pela comissão permanente do conselho geral do Instituto Politécnico de Viseu, em reunião de 9 de Maio de 2006, a tabela de taxas e emolumentos das provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência dos cursos superiores do Instituto

Politécnico de Viseu dos maiores de 23 anos, em anexo, produzindo efeitos imediatos.

9 de Maio de 2006. — O Presidente, *João Pedro de Barros*.

ANEXO

	Euros
1 — Inscrição	70
2 — Inscrição fora de prazo	100
3 — Fotocópias (cada uma)	0,20
4 — Pedido de reapreciação de provas	20
5 — Certidão de resultados das provas	5
6 — Certidão de créditos reconhecidos	5
7 — Outras certidões não previstas nos números anteriores	2

Despacho (extracto) n.º 11 251/2006 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Março de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

Licenciada Helena Isabel Pereira da Silva Baptista — autorizada a celebração do contrato administrativo de provimento com o Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Saúde, como equiparada a assistente, em regime de tempo parcial, 30% do vencimento de assistente do 1.º triénio em tempo integral, para os meses de Dezembro de 2005 e Janeiro de 2006.

26 de Abril de 2006. — A Vice-Presidente, *Idalina de Jesus Domingos*.

Despacho (extracto) n.º 11 252/2006 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Abril de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

Mestre Mariana Abrantes de Oliveira Pinto — autorizada a prorrogação do contrato administrativo de provimento com o Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Educação, como assistente, em regime de exclusividade, com início em 2 de Maio de 2006, por um ano.

26 de Abril de 2006. — O Administrador, *Mário Luís Guerra de Sequeira e Cunha*.

Despacho (extracto) n.º 11 253/2006 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Abril de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

Licenciada Catarina Manuela Almeida Coelho — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento com o Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior Agrária, como equiparada a assistente, em regime de exclusividade, com início em 1 de Março de 2006, por cinco meses.

28 de Abril de 2006. — O Administrador, *Mário Luís Guerra de Sequeira e Cunha*.

Despacho (extracto) n.º 11 254/2006 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Janeiro de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

Doutor Pedro Filipe Pereira Pinheiro da Cruz — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento com o Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Tecnologia, como equiparado a assistente, com início em 1 de Outubro de 2005, por dois anos.

2 de Maio de 2006. — A Vice-Presidente, *Idalina de Jesus Domingos*.

Despacho (extracto) n.º 11 255/2006 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Março de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

Mestre João Luís Garcês Esteves — autorizada a prorrogação do contrato administrativo de provimento como assistente, em regime de exclusividade, para o Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Educação, com início em 7 de Abril de 2006, por um ano.

5 de Maio de 2006. — A Vice-Presidente, *Idalina de Jesus Domingos*.

Despacho (extracto) n.º 11 256/2006 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Abril de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

Licenciada Ana Maria Amaral — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento com o Instituto Politécnico de Viseu,